

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), fundada no ano de 1985, tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial. A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob o código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de revendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New” e “Casa Brasileira”.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. (controlada), incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados, com administração de lojas nas cidades de São Paulo e Manaus.

No último trimestre de 2016, a Administração da Companhia decidiu pela redução do número de lojas próprias através do repasse de 4 lojas (de um total de 7 lojas) para administração direta de revendedores independentes autorizados.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 09 de março de 2017.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”).

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 12 – Imposto de renda e contribuição social, 13 – Provisões e 20 – Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

2.2 Base de consolidação

A controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é integralmente consolidada a partir da data de constituição. Suas demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.5 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Estes instrumentos são classificados como outros passivos financeiros e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2016

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2016, não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas novas ou revisadas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

Alterações à IAS 7 Demonstrações de fluxos de caixa – Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2017): As alterações fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa.

Alterações à IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (Vigência a partir de 01/01/2017): As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela pode fazer deduções sobre a reversão da diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações de como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as situações em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de ativos por valores maiores do que o valor contábil.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018): O objetivo, em última instância, é o de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018): O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

IFRS 16 Leases (Vigência a partir de 01/01/2019): o IASB emitiu a norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos), substituindo o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas.

Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	1.281	1.103	2.822	1.494
Aplicações financeiras – CDBs	24.771	31.251	25.010	31.710
	26.052	32.354	27.832	33.204

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a uma taxa média de 101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (101,7% em 31 de dezembro de 2015).

4. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
No mercado nacional				
de terceiros	51.991	61.494	53.949	63.548
de partes relacionadas (Nota 17)	1.904	643	-	-
No mercado externo				
de terceiros	1.730	3.113	1.730	3.113
Cheques a receber	7.090	7.826	7.651	8.359
	62.715	73.076	63.330	75.020
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.935)	(19.277)	(28.836)	(19.836)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(647)	(1.161)	(647)	(1.161)
	34.133	52.638	33.847	54.023
Ativo circulante	22.189	34.620	21.903	36.005
Ativo não circulante	11.944	18.018	11.944	18.018
	34.133	52.638	33.847	54.023

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a novações de créditos junto a clientes da rede. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado.

Os prazos médios de recebimento, ponderado pelo prazo médio de vencimento do faturamento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram de 24 e 25 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	(19.277)	(13.541)	(19.836)	(13.541)
Adições	(13.679)	(10.506)	(14.164)	(11.229)
Recuperações / realizações	2.708	1.010	2.841	1.113
Baixa por incobráveis	2.313	3.760	2.323	3.821
Saldo no final do exercício	(27.935)	(19.277)	(28.836)	(19.836)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	35.983	44.995	35.610	46.006
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	2.844	3.199	2.864	3.438
De 31 a 60 dias	1.525	1.569	1.557	1.705
De 61 a 90 dias	1.106	1.069	1.142	1.277
De 91 a 180 dias	2.336	4.942	2.428	5.029
Acima de 181 dias	18.921	17.302	19.729	17.565
	62.715	73.076	63.330	75.020

A provisão para devedores duvidosos é constituída pela análise individual da totalidade de contas a receber de clientes com saldos vencidos há mais de 90 dias, considerando sua capacidade de pagamento, o cenário econômico atual e prospectivo, a avaliação dos níveis de inadimplência e garantias recebidas, bem como a avaliação das renegociações realizadas, sendo provisionados ainda casos específicos ainda não vencidos, que no julgamento da administração da Companhia possuem risco de não serem recebidos.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos prontos	4	33	1.628	1.703
Produtos em elaboração	2.106	1.762	2.106	1.762
Mercadorias para revenda	385	259	803	818
Matérias primas	15.302	20.031	15.302	20.031
Adiantamentos a fornecedores	21	729	21	729
Materiais diversos	1.514	1.503	1.514	1.503
Provisão para obsolescência	(374)	(600)	(374)	(600)
	18.958	23.717	21.000	25.946

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	(600)	(646)
Adições	(636)	(723)
Recuperações / realizações	862	769
Saldo no final do exercício	(374)	(600)

6. Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 11.006 (R\$ 6.949 em 31 de dezembro de 2015) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis com o objetivo de promover a venda destes bens e acredita na realização dessas vendas no decorrer dos próximos anos. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

7. Empréstimos concedidos

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Empréstimos concedidos	5.780	5.885
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(24)	(87)
	5.756	5.798
Ativo circulante	2.521	3.838
Ativo não circulante	3.235	1.960
	5.756	5.798

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 17,85% ao ano (18,08% em 2015). Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

8. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outros ativos - circulante:				
Adiantamentos e antecipações	856	855	982	1.066
Despesas antecipadas	876	945	876	971
Devedores diversos (*)	1.785	1.741	1.785	1.741
Outras contas a receber – venda operações próprias (**)	-	-	763	-
	3.517	3.541	4.406	3.778
Outros ativos – não circulante:				
Outras contas a receber – venda operações próprias (**)	1.070	-	2.718	-
Outros	317	345	317	345
	1.387	345	3.035	345

(*) Refere-se, principalmente, à verba de propaganda cooperada a receber de revendedores para veiculação de campanhas de marketing.

(**) Corresponde ao saldo a receber de terceiros pela alienação de parcela de suas operações próprias mantidas pela sua controlada Unicasa Comércio Ltda., conforme comentado na Nota 1. O valor total da venda foi de R\$3.481, e o saldo será recebido em parcelas mensais. Esta operação está coberta por garantia real conforme prazo estipulado em contratos. O recebimento das parcelas está demonstrado a seguir:

Ano	R\$
2017	763
2018	895
2019	935
2020	685
Acima de 2020	203
	3.481

9. Investimentos

O investimento em controlada é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	
	2016	2015
Ativo circulante	6.728	5.781
Ativo não circulante	2.352	7.798
Passivo	13.069	11.607
Patrimônio líquido	(3.989)	1.972
Capital social	15.600	13.600

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	
	2016	2015
Receita líquida	26.946	29.803
Prejuízo do exercício da controlada	(7.961)	(66)
% Participação	99,99%	99,99%
Resultado de equivalência patrimonial	(7.961)	(66)
Efeito de lucro não realizado	(7)	56
Total da equivalência patrimonial	(7.968)	(10)

A movimentação do investimento em controlada está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.615	625
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300
Integralização de capital	2.000	700
Equivalência patrimonial	(7.968)	(10)
Saldo do investimento (passivo a descoberto) no final do exercício	(4.353)	1.615

10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas de depreciação e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A composição do imobilizado é como segue:

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	2.285	21.557	7.387	5.157	96.150	120	2.480	4.796	1.029	10	140.971
Aquisições	-	10	20	104	247	-	97	76	936	5.373	6.863
Baixas	-	-	-	-	(166)	(25)	(168)	(1.460)	-	-	(1.819)
Venda operações próprias (*)	-	-	(515)	-	-	-	-	-	-	-	(515)
Transferências	-	8	655	292	1.076	-	3	271	(1.049)	(1.256)	-
Saldos em 2016	2.285	21.575	7.547	5.553	97.307	95	2.412	3.683	916	4.127	145.500

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	-	(5.939)	(1.944)	(1.595)	(45.158)	(71)	(1.369)	(3.344)	-	-	(59.420)
Depreciações	-	(233)	(634)	(291)	(3.821)	(4)	(126)	(336)	-	-	(5.445)
Baixas	-	-	-	-	160	23	118	1.424	-	-	1.725
Saldos em 2016	-	(6.172)	(2.578)	(1.886)	(48.819)	(52)	(1.377)	(2.256)	-	-	(63.140)

Imobilizado líquido

Saldos em 2015	2.285	15.618	5.443	3.562	50.992	49	1.111	1.452	1.029	10	81.551
Saldos em 2016	2.285	15.403	4.969	3.667	48.488	43	1.035	1.427	916	4.127	82.360

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	2.285	21.557	8.176	5.301	96.211	120	3.215	5.154	1.029	10	143.058
Aquisições	-	10	68	112	247	-	432	223	936	5.373	7.401
Baixas	-	-	-	-	(166)	(25)	(179)	(1.491)	-	-	(1.861)
Venda operações próprias (*)	-	-	(1.052)	(122)	(17)	-	(563)	(180)	-	-	(1.934)
Transferências	-	8	655	292	1.076	-	3	271	(1.049)	(1.256)	-
Saldos em 2016	2.285	21.575	7.847	5.583	97.351	95	2.908	3.977	916	4.127	146.664

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2015	-	(5.939)	(2.072)	(1.603)	(45.193)	(71)	(1.478)	(3.425)	-	-	(59.781)
Depreciações	-	(233)	(694)	(297)	(3.823)	(4)	(186)	(388)	-	-	(5.625)
Baixas	-	-	-	-	160	23	128	1.445	-	-	1.756
Saldos em 2016	-	(6.172)	(2.766)	(1.900)	(48.856)	(52)	(1.536)	(2.368)	-	-	(63.650)

Imobilizado líquido

Saldos em 2015	2.285	15.618	6.104	3.698	51.018	49	1.737	1.729	1.029	10	83.277
Saldos em 2016	2.285	15.403	5.081	3.683	48.495	43	1.372	1.609	916	4.127	83.014

Vida útil média – em anos	-	77,98	22,47	21,79	18,76	16,58	15,63	7,63	-	-	
---------------------------	---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	---	---	--

(*) Baixa dos bens referentes à transação de venda das operações próprias, conforme nota explicativa 1.

11. Intangível

Os ativos intangíveis com vida definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização destes ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo.

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2015	1.345	67	21.755	23.167
Aquisições	665	-	330	995
Baixas e outros (*)	-	-	(3.570)	(3.570)
Amortização	(393)	(11)	(4.914)	(5.318)
Saldos em 2016	1.617	56	13.601	15.274

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2015	1.348	67	21.755	23.170
Aquisições	680	-	330	1.010
Baixas e outros (*)	-	-	(3.570)	(3.570)
Amortização	(394)	(11)	(4.914)	(5.319)
Saldos em 2016	1.634	56	13.601	15.291

Vida útil média em anos	6,50	12,88	7,57
-------------------------	------	-------	------

(*) Representa a baixa de fundo de comércio pelo encerramento e venda de operações próprias, conforme comentado na Nota 1.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2016, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 1.581 (R\$ 1.142 em 31 de dezembro de 2015).

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia no exercício de 2016, em decorrência da redução das atividades da sua controlada Unicasa Comércio Ltda. (Nota 1), revisou o seu plano de negócios e concluiu que as projeções de lucros tributáveis futuros não serão suficientes para compensar os tributos diferidos registrados em um prazo razoável de tempo (10 anos). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, foram revertidos créditos tributários diferidos no montante de R\$6.672 (consolidado).

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(29.002)	16.080	(22.947)	16.056
IR (25%) e CS (9%) à taxa nominal	9.861	(5.467)	7.802	(5.459)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	-	2.550	-	2.550
Equivalência patrimonial	(2.709)	(3)	-	-
Reversão de créditos tributários de controlada	-	-	(6.672)	-
Despesas não dedutíveis (*)	(1.049)	(48)	(1.049)	(48)
Impostos diferidos reconhecidos de exercícios anteriores	(798)	-	(798)	-
Outras exclusões/adições permanentes	(567)	(7)	(600)	6
Total do IR e CS:	4.738	(2.975)	(1.317)	(2.951)
Despesa de IR e CS correntes	-	(769)	-	(878)
IR e CS diferidos referentes à:				
Constituição e reversão de diferenças temporárias	2.759	(2.206)	2.569	(2.016)
Constituição e reversão sobre prejuízo fiscal	1.979	-	(3.886)	(57)
	4.738	(2.975)	(1.317)	(2.951)
Alíquota efetiva	16%	19%	-6%	18%

(*) Referente, principalmente, pela baixa do saldo de fundos de comércio de controlada (Nota 11).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Balanco patrimonial		Resultado		Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Sobre diferenças temporárias:								
Ativas								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.498	6.554	2.944	1.951	9.498	6.744	2.754	2.141
Provisão para estoques obsoletos	127	204	(77)	(16)	127	204	(77)	(16)
Provisão para perda com avais	1.351	1.351	-	-	1.351	1.351	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e de encerramento de relação comercial	6.471	5.480	991	(2.176)	6.471	5.480	991	(2.176)
Ajuste a valor presente – AVP	228	424	(196)	(136)	228	424	(196)	(136)
Outras provisões e diferenças temporárias	1.182	721	461	444	1.182	721	461	444
	18.857	14.734	4.123	67	18.857	14.924	3.933	257
Passivas								
Diferença depreciação fiscal e societária	(7.040)	(5.676)	(1.364)	(2.273)	(7.040)	(5.676)	(1.364)	(2.273)
	11.817	9.058	2.759	(2.206)	11.817	9.248	2.569	(2.016)
Sobre base de prejuízos fiscais	1.979	-	1.979	-	1.979	5.865	(3.886)	(57)
Total	13.796	9.058	4.738	(2.206)	13.796	15.113	(1.317)	(2.073)

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. possui um saldo de R\$18.640 acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e R\$984 decorrentes de diferenças temporárias para os quais não foram reconhecidos créditos tributários diferidos correspondentes.

13. Provisões

a) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis. A provisão está composta como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Provisão para riscos trabalhistas	1.667	2.084
Provisão para riscos tributários	2.247	1.199
Provisão para riscos cíveis	9.017	3.360
	12.931	6.643

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, a reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente ao imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia poderá vir a ser considerada parte solidária.

Em 18 de março de 2016, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e seguindo orientações de nossos assessores jurídicos, reavaliamos os processos cíveis em andamento em que a Companhia é parte solidária e, quando necessário, registramos um complemento de provisão para as causas classificadas como de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2016, os processos cíveis classificados como de perda possível totalizavam R\$13.994 e os trabalhistas R\$3.884. Não existem processos tributários com risco de perda possível.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	6.643	6.118
Adições	15.196	4.575
Recuperações / realizações	(8.908)	(4.050)
Saldo no final do exercício	12.931	6.643

a) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais trabalhistas	896	871	896	871
Depósitos judiciais tributários	538	716	538	716
Depósitos judiciais cíveis	1.778	3.290	1.811	3.304
	3.212	4.877	3.245	4.891

13. Provisões--Continuação

b) Provisão para encerramento de relação comercial com revendedor

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 28 de novembro de 2014, a Companhia decidiu pelo encerramento da relação comercial que detinha com um de seus maiores lojistas da rede que atuava na região de São Paulo. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a Companhia registrou provisão para cobrir obrigações assumidas sobre pedidos firmados com consumidores que se encontravam pendentes de entrega e montagem na data do referido distrato, sendo a sua movimentação do exercício demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	9.474	16.398
Adições	-	1.301
Realizações	(3.371)	(8.225)
Saldo no final do exercício	6.103	9.474

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

A reserva de capital é oriunda dos custos de distribuição, atribuídos à Companhia, da oferta primária de ações, no montante de R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício de 2016 foi revertida a totalidade da reserva legal, no montante de R\$8.493, para absorção de prejuízo do exercício.

Reserva para expansão

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado, acréscimo de capital de giro e planos de expansão de sua rede. É formada com saldo do lucro do exercício ajustado, após dele deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios, e terá como limite máximo montante que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o total do capital social. No exercício de 2016 foi revertida a totalidade da reserva para expansão, no montante de R\$4.949, para absorção de prejuízo do exercício.

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 31 de dezembro de 2016 não foram propostos dividendos e juros sobre o capital em razão da Companhia ter apresentado prejuízo.

d) Resultado por ação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, visto não existirem ações potenciais dilutivas.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(24.264)	13.105
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	66.086	66.086
Resultado por ação – básico e diluído (R\$)	(0,36716)	0,1983

15. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prêmio bancário (*)	2.447	2.636	2.447	2.636
Direito de exploração de marcas	-	1.924	-	1.924
Ganho com alienação do ativo imobilizado	211	61	211	73
Outras receitas operacionais	429	801	541	883
Outras receitas operacionais	3.087	5.422	3.199	5.516

(*) Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contrapartida a conta de outros ativos.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(396)	(471)	(517)	(636)
Despesas com variação cambial	(1.036)	(214)	(1.036)	(214)
Ajuste a valor presente – AVP	(280)	(602)	(280)	(602)
Descontos concedidos	(1.687)	(2.480)	(1.693)	(2.482)
Outras despesas financeiras	(438)	(19)	(449)	(24)
	(3.837)	(3.786)	(3.975)	(3.958)
Receitas financeiras				
Juros recebidos	2.192	2.564	2.242	2.573
Rendimentos de aplicações financeiras	4.894	3.702	5.059	3.892
Receitas com variação cambial	675	1.365	675	1.365
Ajuste a valor presente – AVP	2.982	3.469	2.982	3.469
Outras receitas financeiras	834	700	838	702
	11.577	11.800	11.796	12.001
Resultado financeiro líquido	7.740	8.014	7.821	8.043

17. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante		Receita de vendas		Receita de vendas	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contas a receber por vendas:						
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	1.904	643	10.768	11.870	-	-
Telasul S.A.	-	-	69	165	69	165
	1.904	643	10.837	12.035	69	165

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. referem-se a vendas de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) com o objetivo de revenda para consumidores finais. As operações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e com prazo médio aproximado de pagamento de 60 dias.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Todos os saldos serão quitados em moeda corrente.

As vendas efetuadas para a Telasul são referentes a produtos prontos, móveis componíveis principalmente. Essas operações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e com um prazo médio aproximado de venda de 14 dias.

Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), remuneração no valor total de R\$1.981 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.768 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia não oferece a suas pessoas-chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

18. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	232.428	274.223	255.978	299.515
IPI sobre vendas	(10.617)	(12.348)	(10.617)	(12.348)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(2)	(6)	(2)	(6)
Receita bruta de vendas (-) IPI e ICMS ST sobre vendas	221.809	261.869	245.359	287.161
ICMS sobre vendas	(24.904)	(28.201)	(28.178)	(31.628)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/CPRB)	(25.333)	(25.900)	(29.391)	(29.761)
Devoluções de vendas	(570)	(583)	(609)	(654)
Ajuste a valor presente	(2.125)	(2.466)	(2.125)	(2.466)
	168.877	204.719	185.056	222.652

19. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas por função				
Custo dos bens e serviços vendidos	(106.400)	(120.255)	(105.246)	(119.431)
Despesas com vendas	(59.983)	(59.352)	(79.414)	(78.266)
Despesas administrativas	(32.801)	(20.473)	(32.801)	(20.473)
	(199.184)	(200.080)	(217.461)	(218.170)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(39.539)	(40.111)	(48.226)	(49.043)
Despesas com insumos	(78.113)	(91.599)	(77.126)	(90.888)
Despesas com depreciação e amortização	(10.763)	(10.516)	(10.944)	(10.683)
Despesas com serviços de terceiros	(13.890)	(15.562)	(19.235)	(20.531)
Despesas com propaganda	(7.314)	(6.974)	(7.882)	(7.327)
Despesas com comissões	(1.030)	(1.639)	(1.030)	(1.646)
Despesas com provisões	(18.239)	(11.453)	(18.675)	(12.073)
Despesas com processos cíveis	(11.661)	(5.551)	(11.671)	(5.551)
Despesas com baixa de fundo de comércio	(3.064)	-	(3.064)	-
Outras despesas	(15.571)	(16.675)	(19.608)	(20.428)
	(199.184)	(200.080)	(217.461)	(218.170)

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas para a determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Aplicações financeiras** – Decorrem diretamente das operações, com os seus valores contábeis informados no balanço patrimonial idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas prefixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.
- **Outros passivos financeiros** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Instrumentos financeiros - Valor justo--Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Valor contábil				Valor justo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativos								
Empréstimos e recebíveis								
Caixa e equivalentes de caixa	26.052	32.354	27.832	33.204	26.052	32.354	27.832	33.204
Aplicações financeiras	4.779	4.446	4.779	4.446	4.779	4.446	4.779	4.446
Contas a receber de clientes	34.133	52.638	33.847	54.023	34.133	52.638	33.847	54.023
Empréstimos concedidos	5.756	5.798	5.756	5.798	5.897	5.800	5.897	5.800
Passivos								
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	(3.093)	(2.093)	(3.343)	(2.204)	(3.093)	(2.093)	(3.343)	(2.204)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por esses riscos incluem as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

I. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas à taxas de juros variáveis.

Nos exercícios de 2016 e 2015 a principal exposição são os empréstimos a receber. Operações de captação de empréstimos ou de seus pagamentos não ocorreram nesses exercícios. A Companhia tem como prática de financiamento a utilização de capital próprio para suas atividades operacionais, de investimento e de pagamento de dividendos. Assim este risco é mitigado nas transações da Companhia.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de mercado**--Continuação

II. **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a incidência de variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia ajusta a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 531 e não apresenta saldos a pagar em moeda estrangeira.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira, foram definidos dois cenários diferentes para analisar a sensibilidade sobre as oscilações da taxa de câmbio. As composições dessa análise são a deterioração da taxa de câmbio em 25% e 50% em relação à taxa de câmbio de R\$3,26, de 31 de dezembro de 2016. Essa análise identifica os possíveis impactos no total de contas a receber mercado externo nesta data, que totaliza R\$1.730. Por esses cenários haveria uma redução do saldo de contas a receber para R\$1.298 e R\$865, respectivamente, com efeitos negativos no lucro antes da tributação de R\$432 e R\$865. Essas premissas foram definidas com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

III. **Risco de preço das commodities**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima (chapas de MDF e MDP) a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia ainda possui provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 4.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de crédito**--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito ao cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 28 clientes (19 clientes em 31 de dezembro de 2015) responsáveis por 50,60 % (50,03% em 31 de dezembro de 2015) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. O perfil do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2016 consiste em saldo de fornecedores, no montante de R\$3.010 com vencimento de até três meses e R\$ 333 com vencimento acima de três meses e até um ano, sendo assim, a Companhia não possui juros futuros contratados.

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Gestão do capital social

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	3.093	2.093	3.343	2.204
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(26.052)	(32.354)	(27.832)	(33.204)
(-) Aplicações Financeiras de liquidez não imediata	(4.779)	(4.446)	(4.779)	(4.446)
Dívida líquida	(27.738)	(34.707)	(29.268)	(35.446)
Patrimônio líquido	174.229	198.493	174.229	198.493
Patrimônio líquido e dívida líquida	146.491	163.786	144.961	163.047

21. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendavais e danos elétricos			
Máquinas, equipamentos e edificações	2017	2018	149.000
Estoque	2017	2018	21.000
Lucros cessantes	2017	2018	20.400
Responsabilidade civil geral	2017	2018	8.500
Responsabilidade civil para administradores	2017	2018	11.500

22. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta é apresentada a seguir, conforme a segregação por marca e canal de vendas:

	Consolidado	
	2016	2015
Mercado interno		
Dell Anno e Favorita – lojas exclusivas e próprias	134.412	161.503
New e Casa Brasileira – lojas exclusivas	70.800	84.737
New e Casa Brasileira – multimarca	32.047	34.471
Unicasa Corporate	10.513	6.619
Outras receitas	2.919	3.098
	250.691	290.428
Mercado externo	5.287	9.087
Total da receita bruta de vendas	255.978	299.515

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica visto que representa, em 31 de dezembro de 2016, 2,1% da receita bruta (3% em 31 de dezembro de 2015).

23. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, consolidados, até um ano, totalizam R\$2.257 e acima de um ano e até cinco anos, R\$3.510.

A despesa média mensal de aluguéis pagos em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$173 e em 31 de dezembro de 2015 corresponderam a R\$175. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro e cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Os aluguéis são quitados dentro do mês corrente, não restando saldo a pagar no final do exercício.

Parcela substancial de alguns aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.